



*Fundado no
Sesquicentenário da Batalha
do Seival*

O GAÚCHO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO
INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE
DO SUL

200 anos de SAMPAIO

Ano 2010

Nº 88

A CONTRA-REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA DE 31 DE MARÇO DE 1964

Marechal Odylio Denys

A Revolução de 31 de Março de 1964 foi vitoriosa em 48 horas, sem sacrifício de vidas. Se assim aconteceu é porque teve o apoio geral das Forças Armadas e da opinião pública de todo o País, que não queriam que fosse implantado o regime sindicalista no Brasil. E esteve por pouco, pois sabia-se de plano existente para outorgar sua constituição no dia 1º de maio de 1964, pelo Presidente da República, Dr. João Goulart.

Nos começos de março desse ano, se deram graves ocorrências, que foram julgadas como tendo sido preparadas para a intimidação prévia de quem fosse contrário ao Governo. Um grande comício perto da Estação da Central, no Rio, seguido de repetidas e espalhafatosas indisciplinas de marinheiros e fuzileiros, com o chamado cabo Anselmo e o anunciado banquete de sargentos e praças ao Presidente da República, no Automóvel Clube, na noite de 30 de março, alarmaram as oposições no Congresso, nas Assembléias e nos jornais; vieram também para as ruas as marchas das famílias, muito concorridas, formulando apelos para a intervenção das Forças Armadas.

Não havendo a menor possibilidade de ser o Presidente da República "impedido" pelo Congresso, por ter ele lá a maioria, só restava o recurso da "deposição" para evitar que ele realizasse seu intento esquerdista.

Desde 1961 que as Forças Armadas mantinham-se atentas ao que se passava na esfera governamental; nesse ano, o "Manifesto dos três ministros militares", daquele tempo, apontou os inconvenientes ideológicos do Vice-Presidente Goulart, para assumir o cargo vago de Presidente da República. O Congresso, em face dessa situação, fez a Emenda Constitucional que instituiu o regime parlamentarista que limita o Poder Executivo; entretanto, o parlamentarismo foi logo atrofiado pelas forças políticas então dominantes e ficou letra morta até ser relegado pelo plebiscito.

Com a volta ao regime presidencialista, pensou o Governo Goulart na instituição do regime político que lhe agradava, que era o sindicalismo. Tinha que ser assim. Já se sabia das tendências do Presidente e de seus partidários; começavam a agir de forma a causar preocupações aos que não pensavam do mesmo modo que eles. Julgavam que tinham elementos suficientes para vencer. Mostramos que eram mais fortes os que se opunham a eles.

O COMEÇO

Eu vinha observando a marcha dos acontecimentos por me julgar a isso obrigado, por ter sido ouvido, como Ministro da Guerra, em 1961, no acordo que houve para implantação do regime parlamentarista no País.

Senti que era possível empreender um movimento militar que pudesse, na hora oportuna, anular os planos ambiciosos dos sindicalistas, com militares contrários aos regimes esquerdistas e que continuavam a confiar em mim, apesar de estar reformado e já ter 70 anos de idade, nessa ocasião.

Comecei a trabalhar, fiz metodicamente as articulações no Exército, abrangendo as guarnições militares de Norte a Sul, para um levante geral, com o valioso concurso de alguns governadores.

Em união com o Exército, visando ao mesmo objetivo, iniciaram as coordenações na Marinha os Almirantes Sylvio Heck e Rademaker, e na Aeronáutica os Brigadeiros Grum Moss e Márcio.

Com a experiência adquirida no passado, estabeleci um plano de ação que teria como base a surpresa; sua execução dependeria do aparecimento de uma motivação que impressionasse fortemente a opinião pública. Esse momento oportuno chegou em março de 1964, com as agitações que estarciam o País, além das graves indisciplinas nas fileiras militares, que não estavam sendo coibidas e sim estimuladas pelo Governo.

Pensei em fazer começar a luta num grande Estado, em Minas Gerais, que por si só, de entrada mostraria o grande vulto do movimento revolucionário.

Conhecendo o Governador Magalhães Pinto e sabendo de seu interesse em ficar a par da verdadeira situação político-militar, tive com ele uma conferência, por mim solicitada, no aeroporto de Juiz de Fora, no dia 28 de março de 1964, às 17 horas, onde tudo ficou decidido. A ela estiveram presentes os Drs. Alkmin, Pieruccetti e Monteiro de Castro, seus secretários de Governo, o comandante-geral, coronel José Geraldo de Oliveira, e alguns oficiais superiores da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, bem como o General Olímpio Mourão, comandante da 4ª Região Militar. O Ministro Antonio Neder também esteve presente.

Nessa conferência expus a situação perigosa em que se achava o País e que era preciso agir com força, preventivamente, para manter nossa democracia. Dei-lhe conhecimento das articulações militares existentes, bem como do plano que estabeleci para ser observado. Para terminar, fiz ao governador um apelo para dar seu concurso à luta armada e para ser a mesma começada no Estado de Minas Gerais, sem perda de tempo; ela seria secundada em todos os Estados. Esse apelo foi atendido, sendo na mesma hora marcado o início do movimento para o dia 31 de março, às 6 horas da manhã, por proposta minha; surpreenderia o Governo e daria uma resposta imediata aos fins visados no banquete, qua haveria na noite de 30 para 31.

A REVOLUÇÃO

Começado o movimento militar na manhã do dia 31 de março, foi irrepreensível e rápida a mobilização da tropa do Exército e da Polícia Militar do Estado, que teve o efetivo inicial de 20 mil homens. Os deslocamentos ss processaram na mais perfeita ordem. As operações foram conduzidas pelos Generais Olímpio Mourão, Carlos Luís Guedes e Antonio Carlos Muricy. O General Muricy veio do Rio na ocasião para tomar parte no movimento e comandou nossa vanguarda, que tinha o nome de Destacamento Tiradentes. Trouxe em sua companhia o Tenente-Coronel Walter Pires, como chefe de seu Estado-Maior, e mais alguns oficiais que exerceram as funções de Estado-Maior.

Depois de iniciado o movimento, começaram a chegar, sem demora, as adesões das guarnições, que se levantavam com as notícias propaladas pelas rádios, que continham, no texto, a senha prevista com antecedência.

Como ia ser em Juiz de Fora o centro das operações militares, aí permaneci em contato com o quartel-general da 4ª Região. Na noite do dia 31, deu-se o grande acontecimento que fez pender, de modo decisivo, a balança a favor da Revolução.

Sabendo o Cel João Batista da Costa, chefe do Estado-Maior da Região, que vinha do Rio um destacamento para dominar o levante de Minas, mandou seu filho, Milton Batista da Costa, civil, a Três Rios, para verificar o volume da tropa, a unidade que vinha na vanguarda e quem a comandava. De lá informou ele, pelo telefone, que o destacamento tinha várias unidades, sob o comando de um general, e que na vanguarda vinha o 1º Regimento de Infantaria, Regimento Sampaio, comandado pelo Cel Raymundo Ferreira de Souza. Em resposta, o Cel Batista disse ao filho para chamar o Coronel Raymundo ao telefone. O Cel Raymundo era meu amigo e tinha sido meu secretário. Assim, quando

ele, em Três Rios, veio ao telefone, quem o atendeu em Juiz de Fora fui eu, que lhe dei informações e lhe fiz um apelo para se reunir aos revolucionários. Aí me disse o Coronel Raymundo: **"Marechal, pode contar comigo e com minha tropa"**; em resposta, depois de enaltecer o patriotismo de sua decisão, avisei que iria ao seu encontro na Ponte do Paraibuna, onde estava a vanguarda revolucionária, sob o comando do General Muricy. Indo até lá, na noite chuvosa, depois de fazer a comunicação do ocorrido e estabelecer a ligação das duas vanguardas, disse ao General Muricy que tomasse a ofensiva em direção a Petrópolis, pois o resto do destacamento governista iria naturalmente se solidarizar, acompanhando o heróico Regimento Sampaio. E assim aconteceu.

A grande solidarização de unidades da Guarnição do Rio de Janeiro, quando conhecida, foi impressionante em suas consequências. Os acontecimentos se precipitaram em todo o País. No dia 1º de abril, o Presidente abandonou o Rio de Janeiro e o General-de-Exército mais antigo no Rio assumiu o Comando Geral do Exército. Veio, em seguida, a criação do Alto Comando Revolucionário, composto dos três Ministros Militares, depois substituído pelo 1º Presidente da Revolução, eleito pelo Congresso Nacional, depois de ter sido considerado vago o cargo de Presidente.

No interior do País, a situação evoluiu rapidamente a favor da Revolução, pela atuação simultânea das Forças Armadas. Recife foi dominada pela própria guarnição, que depôs e prendeu o Governador do Estado.

Para Curitiba seguiu tropa de São Paulo e Santa Catarina, tendo, porém, se solidarizado o Governo Estadual e guarnição, antes da chegada das mesmas.

No Rio Grande do Sul, sob os comandos dos Generais Camarinha, Poppe de Figueiredo e Adalberto Santos, se solidarizaram com a Revolução todas as unidades da Serra, da Campanha e da Fronteira; em seguida, marcharam na direção da capital do Estado. A cidade de Porto Alegre recebeu com entusiásticos aplausos o forte Destacamento, composto de representações de todas as Unidades do interior do Estado, que tinha à sua frente o Comandante do III Exército Revolucionário, o General Poppe de Figueiredo e o Governador do Estado, Dr. Ildo Meneguetti, que viera de Passo Fundo. Com esse admirável pronunciamento da tropa do III Exército, foi anulada a triste página da incompreensão de 1961.

A vitória foi um deslumbramento para os condutores e executores do movimento, ao verem coroados de tamanho êxito o trabalho de discríção e tato desenvolvidos na grande coordenação que foi feita.

Cumpriram de modo exemplar seus compromissos todos os companheiros, nessa luta de vida ou de morte. Ficaram fiéis à Pátria, naquela terrível emergência, em que a mística da legalidade vinha sendo explorada pelos comunistas, a seu favor, como em 1961, a fim de implantarem facilmente, em nosso País, as instituições e a ideologia execradas do marxismo.

Foi uma arrancada impressionante, em que se viu a ação enérgica e patriótica de militares e civis dar a vitória ao povo brasileiro, numa unidade de vistas admirável e com a compreensão da responsabilidade que lhes cabia naquele momento histórico.

Este velho soldado, embora já afastado das lides profissionais, não hesitou um só momento em preparar e tomar a iniciativa de promover o começo dessa gloriosa jornada de 31 de março de 1964, certo de que cumpria com seu dever, marchou ombro a ombro com os camaradas que se dispuseram a lutar e morrer, para manter nosso tradicional regime democrático e os ideais cristãos sob cuja égide formamos nosso coração e nosso espírito.

Anexo nº 1 - MANIFESTO DOS MINISTROS MILITARES (30 de agosto de 1961)

No cumprimento de seu dever constitucional de responsáveis pela manutenção da ordem, da lei e das próprias instituições democráticas, as Forças Armadas do Brasil, através da palavra autorizada de seus ministros, manifestaram a S. Exa., o Presidente da República, como já foi amplamente divulgado, a absoluta inconveniência, na atual situação, do regresso ao País do Vice-Presidente, Sr. João Goulart.

Numa inequívoca demonstração de pleno acatamento aos poderes constitucionais, aguardaram elas, ante toda uma trama de acusações falsas e distorções propositadas, sempre em

silêncio, o pronunciamento solicitado ao Congresso Nacional. Decorridos vários dias e como sintam o desejo de maiores esclarecimentos por parte da opinião pública, a que inimigos do regime e da ordem buscam desorientar, vêm-se constringidas agora, com a aquiescência do Sr. Presidente da República, a vir ressaltar, de público, algumas das muitas razões em que fundamentaram aquele juízo.

Já ao tempo em que exercera o cargo de Ministro do Trabalho, o Sr. João Goulart demonstrara, bem às claras, suas tendências ideológicas, incentivando e mesmo promovendo agitações sucessivas e freqüentes nos meios sindicais, com objetivos evidentemente políticos e em prejuízo mesmo dos reais interesses de nossas classes trabalhadoras. E não menos verdadeira foi a ampla infiltração que, por essa época, se processou no organismo daquele Ministério, até em postos-chave de sua administração, bem como nas organizações sindicais, de ativos e conhecidos agentes do comunismo internacional, aiém de incontáveis elementos esquerdistas.

No cargo de vice-presidente, sabido é que usou sempre de sua influência em animar e apoiar, mesmo ostensivamente, manifestações grevistas promovidas por conhecidos agitadores. E, ainda há pouco, como representante oficial em viagem à URSS e à China Comunista, tornou clara e patente sua incontida admiração ao regime desses países, exaltando o êxito das comunas populares.

Ora, no quadro de grave tensão internacional em que vive dramaticamente o mundo de nossos dias, com a comprovada intervenção do comunismo internacional na vida das nações democráticas — e sobretudo nas mais fracas — avultam à luz meridiana os tremendos perigos a que se acha exposto o Brasil. País em busca de uma rápida recuperação econômica, que está exigindo enormes sacrifícios, principalmente das classes mais pobres e humildes; em marcha penosa e árdua para o estágio superior de desenvolvimento econômico-social; com tantos e urgentes problemas, para reparação, até, de seculares e crescentes injustiças sociais nas cidades e nos campos — não poderá nunca o Brasil enfrentar a dura quadra que estamos atravessando, se apoio, proteção e estímulo vierem a ser dados aos agentes da desordem, da desunião e da anarquia.

Estão as Forças Armadas profundamente convictas de que, a ser assim, teremos desencadeado no País um período inquietador de agitações sobre agitações, de tumultos e mesmo choques sangrentos, nas cidades e nos campos, de subversão armada, enfim, através da qual acabarão ruindo as próprias instituições democráticas e, com elas, a justiça, a liberdade, a paz social, todos os mais altos padrões de nossa cultura cristã.

Na presidência da República, em regime que atribui ampla autoridade e poder pessoal ao chefe do Governo, o Sr. João Goulart constituir-se-á, sem dúvida alguma, no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejam ver o País mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil. As próprias Forças Armadas, infiltradas e domesticadas, transformar-se-iam, como tem acontecido noutros países, em simples milícias comunistas.

Arrostamos, pois, o vendaval já esperado das intrigas e das acusações mais despuídas, para dizer a verdade tal como é, ao Congresso dos representantes do povo e, agora, ao próprio povo brasileiro.

As Forças Armadas estão certas da compreensão do povo cristão, ordeiro e patriota do Brasil. E permanecem, serenas e decididas, na manutenção da ordem pública. Rio de Janeiro, 30Ago61.

(a) Vice-Almirante **Syvio Keck**, Ministro da Marinha (a) Marechal **Odylio Denys**, Ministro da Guerra

(a) Brigadeiro-do-Ar **Gabriel Grüm Moss**, Ministro da Aeronáutica.

Anexo nº 2 – Entrevista do Marechal Odylio Denys a Antonio Olintho (jornal Última Hora)

Sentado à sua mesa de trabalho, com livros sobre Napoleão nas estantes e na mesa (o Marechal Odylio Denys possui uma vasta e importante bibliografia napoleônica, talvez a maior do Brasil), o velho soldado fala do depoimento que escreveu e que está em vias de entregar-me.

Vendo-o, lembro-me da morte de Getúlio Vargas e do papel que Odylio Denys desempenhou na tranqüila contenção da massa de uma cidade magoada naquele 24 de agosto de 1954. Lembro-me dele também na noite de 10 para 11 de novembro de 1955, ao solidarizar-se com o General Lott e reagir contra a demissão do mesmo do Ministério, por ter sido desatenciosa. Lembro-me

dele ainda no 25 de agosto de 1961, quando Jânio Quadros renunciou. Agora o assunto é a Revolução de 1964, quando foi a centelha que deflagrou o movimento.

O QUE ACONTECEU?

— A partir da renúncia de Jânio Quadros, acentuando-se com o fim do parlamentarismo, passou a haver no Brasil um estado de espírito, que criou o que podemos chamar de Forças Armadas Revolucionárias. O mal vinha da Constituição de 46. Diferente de praticamente todas as constituições do mundo, ela admitira a eleição do vice-presidente que fosse de outro Partido, de outra chapa, que não a do presidente. Com isto, a renúncia de Jânio Quadros provocava uma situação de conflito já que o povo havia votado mais em Jânio e em suas prometidas reformas democráticas e morais do que no caminho para a esquerda que o Vice-Presidente João Goulart parecia advogar. Presenciávamos a iminência de um golpe de estado a partir de cima, e contra ele só um movimento revolucionário.

COMO?

Achei que precisávamos de um grande Estado para se fazer partir a Revolução. Em 1963 fui a São Paulo e conversei com o Governador Ademar de Barros, mas cheguei à conclusão de que não havia naquele Estado as condições mínimas que obrigassem a eclosão de um movimento revolucionário como o que preparávamos.

Quando, em março de 1964, a escalada esquerdista se acentuou e surgiu o que para nós era inaceitável — isto é, a quebra de disciplina hierárquica em determinados setores das Forças Armadas — já me havia convencido de que Minas era o Estado ideal para servir de base ao movimento.

Assim, dia 28 de março saí do Rio de carro, apanhei o Dr. Antonio Neder em Petrópolis e fui encontrar-me com o Governador Magalhães Pinto em Juiz de Fora. De então até o dia 31 de março, quando o movimento foi deflagrado, houve uma atividade constante. Em minha condição de oficial da reserva, podia locomover-me com facilidade. Tanto ao governador como a oficiais da região falei do apoio que tínhamos no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, São Paulo e no Norte. Expliquei que, na Guanabara, poderíamos contar com boa quantidade de oficiais que se achavam sob a influência dos Generais Castello Branco e Costa e Silva. Ao lado do General Mourão, tínhamos o entusiasmo e o patriotismo do General Guedes, então sediado em Minas, e do General Muricy.

É preciso que se compreenda que o militar é legalista por natureza. Apesar dos caminhos do presidente João Goulart que indicavam um golpe iminente, grande parte dos oficiais se mantinha legalista. Houve mesmo o perigo de o General Mourão ser preso por oficiais da 4ª Região, na manhã de 31 de março, quando começou a falar em Revolução. Alertado pelo Dr. Antonio Neder, fui ao Quartel-General da 4ª RM e, na presença do General Mourão, exortei os camaradas, formados para receber-me, a que apoiassem o movimento revolucionário que, insisti, era para o bem do povo e felicidade do País.

POR QUÊ?

Fizemos a Revolução porque repudiávamos o sindicalismo, antecâmara do comunismo. Combatíamos a possibilidade de o Brasil vir a ser invadido por brigadas internacionais esquerdistas. Combatíamos a república sindicalista que o Presidente João Goulart e os que o cercavam preparavam para o Brasil.

Fique bem claro: a Revolução de 64 não foi feita contra os políticos democratas; ao contrário, ela teve a intenção de os defender. Tanto que o meu candidato a Presidente da República, naquele começo do mês de abril, era o Governador Magalhães Pinto, que fora o chefe civil da Revolução. Quando a escolha tomou outro rumo, não interferei porque julgava terminada minha missão e resolvera retirar-me do centro dos acontecimentos. A Revolução, repito, foi feita contra o golpe de estado que se aproximava, contra o sindicalismo que vinha em seu bojo e contra a indisciplina que se anunciava. Juiz de Fora, 31 de março de 1964.

Anexo nº 3 - Proclamação ao Povo Brasileiro.

“Aqui estou, em Juiz de Fora, ao lado dos camaradas das Forças Armadas e do altivo e valoroso povo de Minas Gerais, nesta gloriosa arrancada de libertação do Brasil, para nele restabelecer o domínio da Lei e da Ordem”. (a) Marechal Odylio Denys.

CRONOLOGIA DA REVOLUÇÃO DE 31 DE MARÇO DE 1964

1961 — Crise resultante da renúncia do Presidente Jânio Quadros. Manifesto dos Três Ministros Militares. Aprovação da emenda instituindo o regime Parlamentarista.

1962 — Realização do plebiscito que fez voltar o regime Presidencialista.

1963 — O Marechal Denys começa a conspiração para depor o Presidente.

1964 — Março — Comício da Central do Brasil. Indisciplinas de marinheiros e fuzileiros, chefiados pelo chamado Cabo Anselmo.

26 — Ida de 2 emissários do Governador de Minas Gerais à casa do Marechal Denys.

28 — ida do Marechal Denys a Juiz de Fora, ao encontro do Governador de Minas Gerais, Dr. Magalhães Pinto, ocasião em que foi feita a aliança do Governo desse Estado com as Forças Armadas Revolucionárias, representadas pelo Marechal Denys.

30 — Banquete de Sargentos e praças, a Goulart, no Automóvel Clube, no Rio.

31 — Começo do movimento revolucionário no Estado de Minas Gerais, com a entrada em ação da tropa do Estado e da tropa do Exército nele sediada. Chegam ao Estado notícias de solidarizações vindas de vários pontos do País. À noite: atendendo a um apelo do Marechal Denys, solidarizam-se com a Revolução o Regimento Sampaio e seu Comandante, vanguarda do Destacamento vindo do Rio, para dominar o levante em Minas. Solidarização do restante do Destacamento ao General Muricy, Cmt do Destacamento Vanguarda, Revolucionário, vindo de Minas.

Abril - 1º - O Presidente Goulart abandona o Rio de Janeiro. Vitória da Revolução. Assume o Comando-Geral do Exército o General-de-Exército mais antigo.

2 - O Destacamento revolucionário, vanguarda da tropa vinda de Minas, acantona no Estádio do Maracanã. Situação de completa calma em todos os Estados, com a normalização revolucionária em todos eles. O Marechal Denys regressa de Juiz de Fora ao Rio.

Fim de missão.

Porto Alegre, 30 de março de 2010

Editor: Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel Inf EM RRm
Vice-Presidente e Delegado da AHIMTB/IHTRGS/RS
Delegacia General Rinaldo Pereira da Câmara, Porto Alegre.
lecaminha@gmail.com